



## **Serviço Público e Corrupção**

António João Maia

Conselho de Prevenção da Corrupção

O homem é um ser social e cultural! É social na medida em que vive em grupo e é no seio do grupo que edifica e concretiza as suas aspirações. E é cultural porque, no contexto do grupo, tem a capacidade para produzir e sustentar todo um conjunto de técnicas, valores, conceitos e símbolos que decorrem do processo de adaptação às condições que lhe são impostas pelo meio físico onde se fixa.

A manutenção e o aprofundamento das dimensões social e cultural faz-se através de instrumentos que assegurem a concretização de um conjunto nuclear de funções que a todos interessam – o denominado interesse geral. A segurança, a defesa, a saúde, a produção e distribuição de alimentos são alguns exemplos simples dessas funções nucleares. E a sua salvaguarda é importante na medida em que dela depende a manutenção da agregação e da coesão do próprio grupo.

Nas sociedades modernas, mais complexas, nas quais nos inserimos, essa função é assegurada pelo Estado, através de um conjunto de estruturas, designadamente do Governo, que adota as estratégias e as políticas públicas para a salvaguarda do interesse geral, e a Administração Pública, executora dos programas dos Governos e das políticas públicas. E é a ação concertada do Governo e da Administração Pública que concretiza, ou deve concretizar, o Serviço Público, no sentido de assegurar a salvaguarda e a satisfação dos interesses coletivos, do interesse geral.

Deste ponto de vista, todo aquele que, de algum modo, exerce funções em qualquer ponto desta estrutura tem o dever de concretizar o Serviço Público. É uma espécie de *ónus* da função. Não pode de modo algum deixar que o seu interesse particular se misture com o interesse geral que deve assegurar, sobretudo quando tais interesses são divergentes ou antagónicos.

É que a corrupção, tão em voga nos tempos que atravessamos, é isso mesmo. Traduz um desvirtuar da concretização do Serviço Público. Traduz uma atitude egoísta que subverte, que desvirtua, que anula, o interesse geral para satisfação do interesse



próprio. A corrupção é a decisão do político que decide edificar uma infraestrutura pública a troco de uma contrapartida oferecida pelo construtor que a edifica, independentemente da real necessidade dessa obra. Também é corrupção a decisão de um técnico de urbanismo que autoriza o licenciamento de um edifício em zona protegida a troco de uma contrapartida do promotor imobiliário. E é também corrupção a situação do funcionário que utiliza abusivamente o veículo de serviço que lhe está confiado para as suas tarefas funcionais, para se deslocar para férias com a família ou simplesmente para fazer as compras para casa ao fim de semana.

É que para lá dos custos associados a estas opções, que têm necessariamente de ser custeados pelos cidadãos através dos impostos que lhe são cobrados, a corrupção traduz um descrédito e uma desconfiança sobre o exercício do Serviço Público. Traduz uma desconfiança sobre as instituições.

Por todas estas razões se considera que as práticas de corrupção minam a confiança e, por essa via, a coesão social das sociedades.

Esta problemática foi também abordada em reflexões anteriores, designadamente em [Ética, Conduta, Integridade e Integração e Coesão Social](#) , em [Ética e Gestão Pública - o problema da corrupção](#), ou ainda em [Há um risco disseminado da corrupção no Estado](#).

Boletim Informativo nº 2/2016